



## MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NA INCLUSÃO DE ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I

HIDAKA, Aline de Souza <sup>1</sup>  
GONÇALVES, Jadson Fernando Garcia <sup>2</sup>  
PEREIRA, Maria do Socorro Alexandre <sup>3</sup>

**RESUMO:** A inclusão de alunos com deficiência visual no Ensino Fundamental I exige planejamentos adaptados e estratégias que garantam a participação plena do estudante no processo de aprendizagem. Este estudo tem como objetivo relatar a experiência de acompanhamento de um aluno do 1º Ano, com adaptação de atividades e destaque à importância da mediação pedagógica e do ensino colaborativo. A pesquisa configurou-se como um relato de experiência no âmbito do Projeto PIBID-Pedagogia, adotando abordagem narrativa e etnográfica, com observação participante das rotinas em sala de aula e das práticas vivenciadas. Observou-se que a participação do aluno foi estimulada tanto pela professora titular quanto pelo professor especializado, que adaptava as atividades e oferecia suporte individualizado. As adaptações, envolvendo materiais concretos e texturas, possibilitaram que o aluno compreendesse e realizasse as tarefas de forma autônoma. A mediação pedagógica favoreceu a interação com os colegas, a inclusão social e o desenvolvimento acadêmico, evidenciando como pequenas estratégias planejadas podem promover aprendizado significativo. Os resultados indicam que a atuação articulada entre professora titular e professor especializado, aliada a recursos adaptados e estratégias de mediação, favorece a inclusão efetiva do aluno com deficiência visual. A experiência demonstra que a integração entre planejamento, acompanhamento e mediação pedagógica é essencial para garantir a participação ativa do estudante, reforçando a importância de práticas inclusivas consistentes no cotidiano escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino Fundamental I, Inclusão Escolar, Deficiência Visual, Mediação Pedagógica.

### 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, as pessoas com deficiência nem sempre foram reconhecidas como sujeitos de direitos, sendo, em muitos períodos, excluídas dos espaços sociais e educacionais. No contexto brasileiro, essa realidade também esteve presente, por muitos anos, refletindo práticas marcadas pela segregação e pela limitação do acesso à escola regular.

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID/CAPEF, Projeto PIBID-Pedagogia, Email: [hidakaaline@gmail.com](mailto:hidakaaline@gmail.com).

<sup>2</sup> Prof. Dr. do Curso de Pedagogia – Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Abaetetuba, Coordenador de Área do Projeto PIBID-Pedagogia. Email: [jadsonfggoncalves@gmail.com](mailto:jadsonfggoncalves@gmail.com).

<sup>3</sup> Profa. Dra. do Curso de Pedagogia – Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Abaetetuba, Coordenadora de Área do Projeto PIBID-Pedagogia. Email: [soclimma@gmail.com](mailto:soclimma@gmail.com).



Entretanto, com as transformações sociais e a ampliação das discussões sobre direitos humanos, a Educação Especial passou a ganhar força como um princípio essencial no sistema educacional.

Um marco importante para se pensar em Educação Especial foi a Declaração de Salamanca (1994), documento que orientou políticas e legislações educacionais em diversos países, incluindo o Brasil. Entre os seus princípios, destacam-se o direito à educação para toda criança, independentemente de suas condições físicas, emocionais sociais ou intelectuais, além da garantia de oportunidades para manter um nível adequado de aprendizagem. Desse modo, embora esse documento não seja uma lei, ele representa um avanço nas discussões sobre a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, etapa em que ocorre o processo de alfabetização e o desenvolvimento das primeiras habilidades acadêmicas, a Educação Especial apresenta desafios ainda maiores. A presença de estudantes com deficiência visual nesse período exige do professor planejamento, sensibilidade e estratégias diferenciadas que favoreçam a participação e a aprendizagem. A mediação pedagógica torna-se, nesse contexto, um elemento essencial para garantir que o estudante acompanhe as atividades propostas junto à turma.

Foi nesse cenário que se desenvolveu a experiência relatada neste trabalho, vivenciada em uma turma de 1º Ano do Ensino Fundamental I. A partir da observação da rotina escolar e do apoio do professor especializado, foi possível compreender a importância da adaptação de atividades e da mediação docente no processo de inclusão. Assim, o presente estudo tem como objetivo relatar essa experiência, destacando como a mediação pedagógica contribuiu para a participação e aprendizagem de um aluno com deficiência visual.

## **2 METODOLOGIA**

Adotamos como perspectiva metodológica de condução de nosso trabalho a pesquisa de tipo etnográfico, configurando-se como um relato de experiência desenvolvido em uma escola da rede pública localizada no município de Tomé-Açu, no estado do Pará. Marli André (2006, p. 129) apresenta o seguinte argumento: “[...]”



trazer cenas do cotidiano escolar, captadas pelas pesquisas do tipo etnográfico, para serem discutidas nos programas de formação e aperfeiçoamento docentes, pode ser uma excelente alternativa para o exercício da tão buscada articulação teoria-prática”.

Utilizou-se a observação participante, acompanhando interações, rotinas e práticas pedagógicas, registradas por anotações e fotografias, que permitiram documentar e analisar o desenvolvimento do aluno com deficiência visual. Segundo Lüdke e André (2013), esses registros capturam aspectos das práticas pedagógicas que podem não ser evidenciados apenas pela observação direta, servindo como ferramentas de apoio à análise e interpretação do contexto escolar.

A partir dessa inserção, as observações se concentraram em uma turma do 1º Ano do Ensino Fundamental I, com foco específico na mediação pedagógica voltada a um aluno com deficiência visual. O acompanhamento ocorreu com o apoio do professor especializado, permitindo compreender as adaptações necessárias às atividades propostas e as estratégias utilizadas para garantir a participação e o acesso do estudante ao processo de alfabetização.

Durante a experiência, foram realizadas adaptações em atividades pedagógicas, posteriormente aplicadas ao aluno, considerando suas necessidades específicas. Os registros das observações e as reflexões sobre as práticas desenvolvidas constituíram os principais instrumentos de análise. O objetivo deste relato é compartilhar a vivência da mediação pedagógica no contexto da inclusão escolar de um aluno com deficiência visual, evidenciando a importância do planejamento, e do ensino colaborativo entre professor regente e professor especializado que trabalham em conjunto na sala de aula.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A experiência foi desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Ipitinga, localizada no município de Tomé-Açu, no estado do Pará, no distrito Quatro Bocas, situada na Rodovia PA-140, Km 10. A instituição foi fundada no ano de 1952, iniciando suas atividades com aproximadamente 33 alunos matriculados no início do ano letivo, distribuídos em duas turmas que atendiam da 1ª à 3ª série do então Ensino Primário. Ao longo dos anos, em virtude do crescimento da demanda e da necessidade de melhorias estruturais, a escola passou por mudanças significativas, incluindo a transferência para um novo prédio, possibilitando sua reestruturação física



e pedagógica.

Atualmente, no ano de 2026, a escola recebe, em média, 490 alunos que foram matriculados no início do ano letivo, ampliando sua oferta para turmas que vão desde a creche até o 5º ano do Ensino Fundamental, consolidando-se como uma instituição de referência na comunidade local, funcionando no turno matutino e vespertino.

Nesse contexto escolar, a vivência ocorreu em uma turma do 1º Ano do Ensino Fundamental I, composta por 21 alunos, dentre os quais um estudante com deficiência visual. A turma se encontra sob a regência de uma professora titular formada em Pedagogia, contando também com o apoio de outra docente com formação na mesma área. Além disso, o aluno com deficiência visual é acompanhado por um professor especializado, responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), que atua de forma articulada com as professoras regentes, orientando quanto às adaptações necessárias e às estratégias de mediação pedagógica.

No que se refere à inclusão do aluno com deficiência visual, pode observar que sua participação nas aulas é estimulada tanto pela mediação da professora titular quanto pelo professor especializado que o acompanha em sala. A professora promove a inclusão do estudante junto aos demais colegas, incentivando a interação social e planejando atividades de forma acessível e inclusiva. Já o professor especializado atua diretamente com o aluno, oferecendo suporte técnico e orientações para a adaptação das atividades, planejando estratégias que favorecem seu desenvolvimento e aprendizado.

Desse modo, essa mediação conjunta entre professor titular e professor especializado se chama ensino colaborativo, também conhecido como Coensino, que segundo Wood (1998 *apud* Vilaronga; Mendes, 2014), a proposta de ensino colaborativo implica a redefinição do papel dos professores de Educação Especial para atuar como apoio centrado na sala de aula comum.

Vale ressaltar que essa prática é amplamente discutida e consolidada fora do país, sendo que no Brasil ganhou relevância por volta dos anos 2000. Dessa forma, evidencia-se a importância do planejamento articulado, que favorece significativamente a inclusão dos alunos. No entanto, para que os resultados sejam efetivos, é fundamental que os professores estejam alinhados em suas estratégias, adaptando recursos pedagógicos às necessidades do estudante, aspecto que tem



sido objeto de discussão recente no contexto educacional brasileiro.

Em um primeiro momento, observamos a integração do aluno com os demais, acompanhando a rotina diária da sala de aula e as explicações das atividades. Para isso, a professora regente utilizou estratégias que se tornaram fundamentais, garantindo que o estudante compreendesse os conteúdos que estavam sendo trabalhados. Nesse sentido, todas as propostas e dinâmicas foram planejadas considerando a inclusão da aprendizagem do aluno, permitindo sua participação ativa nas aulas, nas atividades e nas interações com os colegas.

Além disso, durante as demais atividades, a referida docente buscava materiais concretos que o aluno pudesse tocar e manipular, considerando que sua interação se dava principalmente pelo tato e pela audição. As explicações eram sempre detalhadas e claras, de modo que o estudante conseguisse acompanhar o desenvolvimento das tarefas junto à turma. Todas as propostas e dinâmicas foram planejadas considerando a aprendizagem do aluno especial, permitindo sua participação ativa nas aulas, nas atividades e nas interações com os colegas.

Conforme Sá, Campos e Silva (Brasil, 2007, p. 21) “[...] a audição, o tato, o paladar e o olfato são importantes canais ou porta de entrada de dados e informações que serão levados ao cérebro”. Nesse sentido, observou-se que, no caso do aluno especial acompanhado, os sentidos remanescentes desempenharam papel fundamental no processo de aprendizagem. A utilização de materiais concretos possibilitou que o estudante explorasse os objetos por meio do tato e da audição, o que contribuiu para a compreensão dos conteúdos trabalhados durante a aula e favoreceu sua participação nas atividades propostas.

Em segundo momento, foi possível observar a atuação do professor especializado que acompanha o aluno. Nesse sentido, seu trabalho ocorria em conjunto com o da professora titular, que planejava as atividades, enquanto ele as adaptava e facilitava para o estudante ter acesso. As adaptações em atividades impressas eram realizadas por meio de relevo, aplicadas manualmente pelo professor especializado, permitindo que o aluno identificasse e compreendesse o conteúdo pelo toque.

Segundo Sá, Campos e Silva (Brasil, 2007, p. 26) “[...] alguns procedimentos e instrumentos de avaliação baseados em referências visuais devem ser alterados ou adaptados por meio de representações e relevo”. Observando a



prática em sala de aula, verificou-se que essa adaptação favorecia a compreensão do aluno e sua participação efetiva nas atividades propostas.

Nos materiais concretos, o docente também promovia ajustes, possibilitando que o estudante se apropriasse dos objetos, sentisse suas características e os identificasse sua função. Essa articulação entre os professores favorece a aprendizagem do aluno e sua participação efetiva nas atividades, evidenciando a importância da mediação pedagógica e das estratégias adaptadas no processo de inclusão.

O professor especializado utilizava metodologias diferenciadas para favorecer o desenvolvimento do aluno especial no seu processo de aprendizagem, iniciando sempre com a retomada da aula do dia. Além de adaptar as atividades, o referido professor apresentava, de forma clara, o objetivo e o conteúdo de cada proposta, permitindo que o estudante compreendesse do que se tratava antes de iniciar a execução. Numa aula realizada durante o período da observação, cujo tema abordava hábitos de higiene, foram utilizados materiais concretos, como sabonete líquido e em barra, escova de dentes e pasta, possibilitando que o aluno explorasse a textura e as características de cada objeto.

A prática de contextualizar a aula e explicar claramente os objetivos, segue as recomendações de autores que defendem a mediação pedagógica como estratégia central para inclusão de alunos com deficiência visual, garantindo participação e aprendizagem significativa (Brasil, 2007).

Em seguida, para a realização da atividade impressa, o professor nos orientou e demonstrou como preparar a adaptação, explicando os materiais e procedimentos necessários. Com seu auxílio, foi possível adaptar a atividade e aplicá-la ao aluno, observando sua interação e compreensão do conteúdo. Essa experiência permitiu compreender a importância da mediação pedagógica, da utilização de recursos adaptados e da colaboração entre professores e bolsistas do Projeto PIBID-Pedagogia que atuam na escola e para promover a inclusão efetiva do aluno.

Com relação à nossa participação direta em sala de aula, vale destacar que antes de iniciarmos a aula, o professor fez uma breve apresentação nossa ao estudante, explicando que participaríamos daquele momento junto com ele e com a turma. O aluno nos recebeu de forma acolhedora e demonstrou interesse em interagir, o que tornou o momento mais significativo para nós enquanto participantes

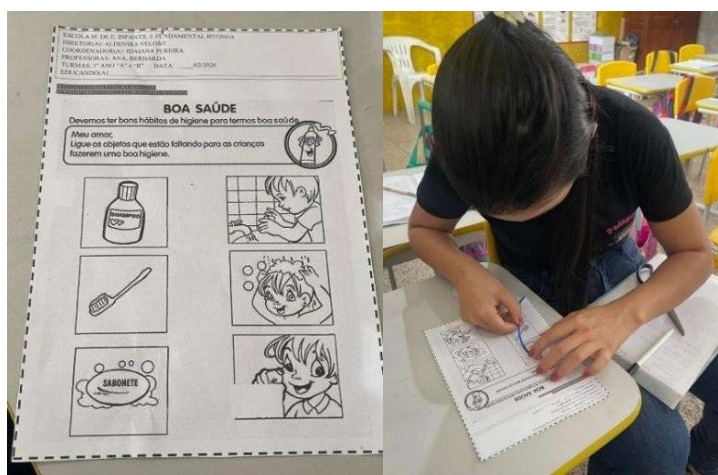


da atividade.

Em seguida, adaptamos a proposta utilizando recortes finos de EVA, um recurso tátil que permitiu ao estudante explorar o material por meio do toque, facilitando a compreensão da atividade. Durante esse momento, ele manipulou os recortes com atenção e buscou acompanhar as orientações dadas. A partir disso, explicamos novamente como a tarefa deveria ser realizada, reforçando as orientações apresentadas anteriormente.

Durante todo o processo, contamos também com o apoio do professor, que auxiliou na orientação e no acompanhamento de cada etapa da atividade. A Figura 01 registra esse momento em que a atividade da turma é adaptada para o aluno especial.

**Figura 01.** O aluno especial realizando atividade adaptada.



Fonte: Registro fotográfico realizado por HIDAHA, Aline, 2026.

A Figura 01 representa uma atividade planejada para todos os estudantes e adaptada para o aluno especial, no sentido de atender às necessidades específicas de um aluno com deficiência visual, o que ocorre com todas as atividades.

Neste caso, a adaptação com materiais táteis possibilita que o estudante explore e compreenda o conteúdo por meio do toque, garantindo-lhe participação ativa junto aos colegas da turma e promovendo a aprendizagem significativa para todos os alunos típicos e atípicos, ao mesmo tempo.



**Figura 02.** Atividade adaptada por HIDAKA, Aline.



Fonte: Registro fotográfico realizado por HIDAKA, Aline, 2026.

Como mostrado na Figura 02, tive a oportunidade de adaptar a atividade proposta para o aluno especial, e que permitiu sua manipulação e compreensão do conteúdo. Vale ressaltar que essas adaptações não costumam ser realizadas durante a aula, mas são preparadas previamente, antes do início das atividades, garantindo que o aluno possa participar de forma plena e significativa.

Durante a preparação e aplicação das atividades, houve oportunidade de participar de forma ativa, seguindo as orientações do professor especializado. Portanto, as Figuras 01 e 02 mostram que as adaptações das atividades ocorrem concomitantemente para a turma e para o aluno especial, o que favorece uma metodologia de trabalho mediado por docentes que favorecem uma educação na perspectiva da inclusão.

Em relação à participação em sala de aula, tivemos a orientação e apoio dos docentes envolvidos para adaptar a atividade regular para uma atividade com características específicas, além da forma de conduzir a atividade adaptada para o aluno especial, acompanhando o referido aluno, explicando-lhe cada etapa da atividade, de acordo como havia observado de modo a garantir-lhe a compreensão da resolução da atividade.

Essa experiência nos permitiu refletir sobre a importância do planejamento e da mediação pedagógica, além de compreender como a atuação conjunta da professora titular e do professor especializado favorece a inclusão e a aprendizagem efetiva do aluno com deficiência visual.



## **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As experiências vivenciadas demonstraram que a mediação pedagógica desempenha um papel importante para a integração e desenvolvimento do aluno com deficiência visual, evidenciando a atuação em conjunto dos demais professores, com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o acompanhamento do professor em sala de aula, mostrando que a inclusão começa desde pequenas ações que precisam ser pensadas e planejadas, acompanhadas de estratégias adaptadas eficazes, para atender as necessidades específicas do aluno.

A inclusão, nesse sentido, vai além de uma palavra ou intenção. As contribuições devem ir além da sala de aula, sendo alinhadas, de modo geral, com toda a escola para ter significativamente a inclusão do aluno no espaço escolar e na sociedade. Essa experiência demonstrou que o sucesso da inclusão depende de atenção aos detalhes, do suporte constante e da criação de oportunidades concretas para que o aluno se sinta confortável, engajado e capaz de aprender dentro do contexto escolar.

De forma geral, essa vivência contribuiu significativamente para a formação docente, permitindo-nos compreender como a inclusão se realiza na prática e a importância de cada etapa do planejamento escolar. Ela evidenciou que, para além das atividades, é o cuidado, a reflexão e a articulação entre os profissionais que garantem que o aluno participe plenamente, aprenda e se sinta valorizado. Assim, fica claro que a inclusão é um processo contínuo, que precisa ser intencional, coletivo e presente em cada ação da escola.

## **5 AGRADECIMENTOS**

O presente trabalho foi desenvolvido com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Projeto PIBID-Pedagogia, Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba, Polo Universitário de Tomé-Açu. Este apoio foi fundamental para a realização do trabalho, oferecendo os recursos necessários para a execução das atividades acadêmicas e contribuindo para a qualidade e consistência dos resultados apresentados.



## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. 18. ed. Campinas: Papirus, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência visual**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2013.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca: UNESCO, 1994.

VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre professores. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/dBz3F9PJFfswJXFzn3NNxTC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 mar. 2026.